

# Novos negócios têm custo mais elevado

Azelma Rodrigues  
de Brasília

**R**ealmente travou", admite o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Demóstenes Madureira de Pinho Neto, a respeito do mercado de captação. "Mas já estamos assistindo o mercado destravar, embora com spreads ainda altos." Ele argumenta que as dificuldades pós-outubro para captação via lançamento de papéis, aparentemente, são imprevisíveis em termos de duração. Mesmo assim, o governo procura manter uma posição otimista: "Vejo, sim, uma perspectiva de melhoria, na medida em que a situação asiática tende a se regionalizar cada vez mais. As coisas também melhoraram para a captação. Tanto que já existe alguma demanda, o setor privado tem conseguido fazer captações", comenta Pinho Neto, embora sem arriscar previsões sobre as necessidades de financiamento externo para o País este ano.

E é como medida de "pavimentação" que o governo anuncia um possível retorno ao mercado, com o lançamento de bônus da República. Segundo do diretor do BC, "a gente está voltando ao mercado no primeiro trimestre ou até o final do primeiro semestre. Estamos avaliando o mercado, os prêmios de risco. O Brasil quer usufruir das vantagens de ir ao mercado, embora não tenha tanta necessidade de captação quanto outros países, como a Argentina. Por isso a gente quer esperar um pouquinho. Vamos voltar sobretudo para sinalizar, abrir caminho para o setor privado".

Os dados mais recentes do BC so-

bre lançamento de bônus e notes reforçam a tese de que alguns poucos estão arriscando: até o dia 22 registravam captações de US\$ 363,5 milhões, um oitavo do valor de US\$ 2,448 bilhões de dezembro e nem a metade dos US\$ 855 milhões registrados em novembro passado.

Mesmo a emissão de commercial paper, que nunca apresentou volumes significativos, confirma a resistência dos investidores depois da crise asiática. A captação em quinze dias úteis de janeiro atingiu US\$ 24 milhões, ante US\$ 108 milhões em dezembro ou US\$ 53 milhões em novembro.

Se a captação via emissão de papéis não está nenhuma maravilha, o BC festeja outros indicadores. É o caso dos empréstimos diretos em moeda estrangeira de empresas não-financeiras com bancos ou empresas internacionais, sem lançamento de títulos. A operação regulamentada pelo Comunicado Firce 10 apresenta crescimento nesse primeiro mês do ano. Até o último dia 22 somavam US\$ 908 milhões, acima dos US\$ 813 milhões que ingressaram em dezembro passado por essa modalidade, ou dos US\$ 267 milhões de novembro. E ainda acima da posição de janeiro de 1997, correspondente a US\$ 667 milhões.

Os números são também positivos na captação direta banco a banco, via Resolução 63. Janeiro registrou US\$ 290 milhões até o dia 22, volume signifi-

cativo quando se leva em conta que foram apenas US\$ 33 milhões em janeiro de 1997. Também em relação aos US\$ 351 milhões em todo o mês de dezembro, US\$ 89 milhões em novembro e US\$ 87 milhões em outubro.

O BC chama a atenção ainda para o retorno dos investimentos de portfólio, com o ingresso bruto de US\$ 1,7 bilhão até a semana passada e um saldo positivo de US\$ 500 milhões.

Dado de destaque se for considerado que os saldos mensais de outubro, novembro e dezembro ficaram negativos nas aplicações do Anexo IV.

Pinho Neto afirma que, até o último dia 23, o BC recebeu 64 solicitações de empresas e instituições financeiras para as diversas modalidades de captação de recursos no exterior: "É um número muito positivo para este mês de janeiro". Ele lembra que no ano passado o BC analisou 696 solicitações, numa média de 58 pedidos mensais. Os números deste mês ficaram, então, acima da média mensal de 1997, mesmo antes de fechar janeiro.

O Departamento de Capital Estrangeiro do BC (Firce) afirma que não são colocados obstáculos aos pretendentes e todos os pedidos são autorizados. O problema é que o prazo para o sinal verde do BC, que geralmente varia de cinco a dez dias úteis, pode se alongar nessa época. Isso porque o Firce, como todo o BC, está com séria deficiência de pessoal técnico especializado e as autorizações têm demorado acima da média. ■

